

Purificação Nunes

De: Abel Matos Santos [abel@oniduo.pt]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 00:04
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Defender o 1.º de Dezembro

Ex.mos Senhores Deputados

Cabe a Vexas decidir sobre a abolição ou não do feriado do 1.º de Dezembro!

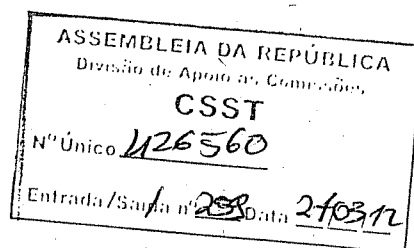
Para mim, enquanto cidadão e português de sangue e de coração, só me resta pedir-vos que mantenham o feriado que assinala o dia em que os portugueses que me antecederam lutaram e muitos deram a vida para que hoje eu me possa dirigir a vós como Português e não como castelhano ou outra coisa qualquer!!!

Acabar com este dia feriado e não o comemorar com a dignidade e importância que tem só nos vai diminuir ainda mais como Estado soberano e tornar-nos, de facto, a chacota da Europa e do Mundo.

Viva o 1.º de Dezembro!

Com os meus cumprimentos

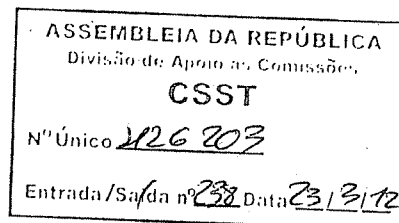
Abel Matos Santos
CC 10109424



Purificação Nunes

De: antonio lobato [cantabro2@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 14:30
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Feriado 1.º de Dezembro

Categorias: Categoria Amarela

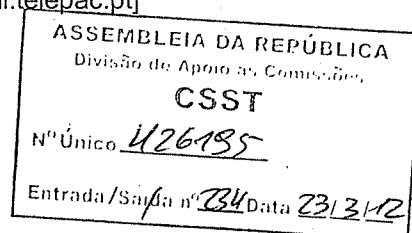


O primeiro passo para destruir um país é liquidar os seus símbolos, sobretudo aqueles que dizem respeito a comemorações de datas relacionadas com a independência ou com a restauração da mesma. Queremos acreditar que os membros dessa Comissão, saberão honrar a sua qualidade de representantes de um povo que tem a dita de viver num espaço único em que Estado e Nação se confundem, não permitindo que o economicismo destes tempos de grande perturbação que hoje vivemos, se sobreponha a valores que têm a ver com a nossa identidade. O dia da Restauração é um desses valores, por isso, é para a Nação um dia sagrado - repetemo-lo como tal.

Antonio Lobato

Purificação Nunes

De: Antonio Vasco de Mello [avascomenezes1@mail.telepac.pt]
Enviado: quinta-feira, 22 de Março de 2012 11:05
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Cc: José Manuel Canavarro; José Ribeiro e Castro
Assunto: 1º DEZEMBRO



Exmos. Senhores,

Venho desta forma manifestar a Vexas a minha oposição frontal à hipótese de eliminar o Fériado nacional do 1º de Dezembro.

Quer na minha qualidade de simples cidadão, como - e não renego - pessoa com algum passado, nome, e descendente directo de dois Conjurados, tenho até vergonha de que a ideia tenha sequer nascido.

Mal vai uma sociedade quando nem sequer da sua nacionalidade tem amor e respeito.

Acresce a isto o facto de que entendo toda esta discussão perfeitamente estéril e absurda.

Se é necessário aumentar as horas de trabalho anuais em Portugal - o que não contesto, então porque é que não se concentram nos fins de semana toda essa miríade de feriados municipais que ocorrem por todo o País?

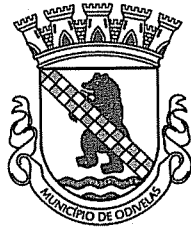
Não será que fazendo bem as contas não se ganharia assim bem mais do que os dois dias, talvez mesmo os 4, que agora estão a ser debatidos?

Mas entendo ainda outra coisa ainda mais importante: porque é que não se discute antes porque razão os Portugueses trabalham bem a eficazmente no estrangeiro, e cá dentro essas mesmas pessoas - desde operários a gestores - se arrastam ao longo do dia e só se dinamizam quando a conduzir o seu automóvel?

Não penso que o nosso clima seja a razão...

Com os meus cumprimentos e votos de que seja encontraria uma solução correcta e inteligente,
De Vexas,

António Vasco de Mello
BI: 0124141 de 06-08 1981, Lisboa
Rua 1º de Maio 120
1300-474 Lisboa



Assembleia Municipal de Odivelas

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R., A 10ª Comissão
n.º 2.3.2012

Assembleia da República Gabinete da Presidente
N.º de Entrada <u>124255</u>
Classificação <u>12.03/ / / /</u>
Data <u>08.03.2012</u>

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST
N.º Único <u>124255</u>
Entrada/Saida/ n.º <u>153</u> Data <u>8.3.12</u>

Exma Srª Chefe de Gabinete da
Presidente da Assembleia da Republica
Palácio de S. Bento
Assembleia da Republica
1249 – 068 Lisboa

S/ Ref.

S/ Comunicação de

N/ Ref. Assembleia Municipal

Ofício n.º 035 - 2012- 03- 01

Proc. n.º

ASSUNTO: Moção “Abolição dos Feriados de 5 de Outubro e 1 de Dezembro”

Exmo. Senhor,

Na 1ª Sessão Extraordinária de 2012, da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 29 de Fevereiro, foi discutida e aprovada uma Moção, subordinada ao tema mencionada em epigrafe.

Estabeleceu-se pelos seus proponentes, que em caso de aprovação, o que foi o caso, a mesma deveria ser remetida a várias entidades.

Assim, tratando-se V. Exas. de um dos digníssimos destinatários de tal documento, permito-me enviar a referida moção.

Com os meus cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

(Sérgio Paiva, Dr.)

AF



Assembleia Municipal de Odivelas

MOÇÃO

ABOLIÇÃO DOS FERIADOS DE 5 DE OUTUBRO E 1 DE DEZEMBRO

Considerando que:

A identidade e o sentido de pertença de um povo realiza-se no plano do pensamento simbólico, para o qual é necessário a prática de ritos, de tempos e espaços ritualizados, que se destinam a ultrapassar o esquecimento e sem os quais a memória colectiva se perde e a identidade e a pertença se diluem;

O governo de Portugal decidiu unilateralmente abolir o feriado do 1 de Dezembro e o 5 de Outubro, que celebram a refundação da independência de Portugal e da implantação do regime republicano, respectivamente;

O feriado do 1º de Dezembro foi criado a 12 de Outubro de 1910 para ser um dos feriados civis fundamentais e celebrar, na linguagem então empregue no decreto do Governo Provisório, "a autonomia da pátria portuguesa" e, com ela, a nacionalidade, muito antes de ser instituído pelo Governo da Ditadura Militar em 1929 um feriado a 10 de Junho; e que aliás, já antes, a data era, em particular na segunda metade do Século XIX, objecto de forte de mobilização para a sua celebração, como bem mostra a grande adesão popular ao Manifesto de 1861 redigido, entre outros, por Alexandre Herculano;

O triunfo da República em 5 de Outubro de 1910, que no nosso território, então pertencente ao Concelho de Loures, ocorreu na véspera de no restante território nacional, tal o entusiasmo do povo desta região pela ideia republicana, foi instituído como feriado em simultâneo com o 1º de Dezembro para comemorar a implantação em Portugal de um regime republicano, que consagrou pela primeira vez direitos e liberdades fundamentais para o progresso da nossa sociedade e cujo ideal de liberdade, igualdade e fraternidade se mantêm no imaginário dos portugueses, não só como praxis do presente, mas como projecto de futuro;

Declaração Voto referente Moção "Abolição dos Feriados de 5 de Outubro e 1 de Dezembro"

Bancada do PSD

"A bancada do PSD absteve-se nesta moção da bancada do PS, no sentido de que até concorda com o feriado de 5 de Outubro não deve de deixar ser feriado. Porquê? Porque na longínqua data de 5 de Outubro de 1143, houve um tratado que foi o Tratado de Zamora, assinado entre o nosso 1º Rei, D. Afonso Henriques e Afonso VII de Castela, e que é o dado histórico em que se reconhece a independência de Portugal, esse sim deveria ser verdadeiramente o Dia de Portugal, e não o dia 10 de Junho; que ninguém gosta de referir todos falam da questão do fascismo e do Estado Novo, mas todos se esquecem que o Estado Novo que institui o 10 de Junho, como o Dia de Portugal, da raça. Em que o único dado histórico que tem o 10 de Junho, é o falecimento de Luís de Camões. Logo para nós faz sentido que o 5 de Outubro seja feriado, mas não para celebrar uma forma de governo.

Sou republicano, mas as formas de governo vão e voltam."

Declaração Voto referente Moção *"Abolição dos Feriados de 5 de Outubro e 1 de Dezembro"*
Bancada da CDU

"A bancada da CDU já tinha referido que acompanhava favoravelmente este documento, aliás agora com muito mais certeza, dado que é uma decisão que não é camarária é do Governo, acompanhamos esta moção do PS contra abolição de feriados em Portugal.
Consideramos que os Portugueses, por tanto que trabalham e tão mal pagos que são, deviam até ter mais feriados."

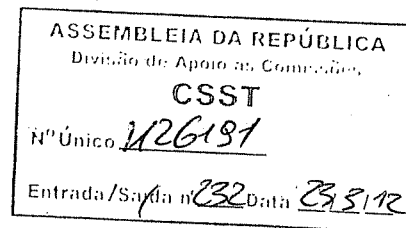
Declaração Voto referente Moção "*Abolição dos Feriados de 5 de Outubro e 1 de Dezembro*"
Bancada do BE

"O BE votou favoravelmente esta moção porque entende que é uma hipocrisia a redução dos feriados. Isto tem a ver com o Governo que temos, com as atitudes que temos, mas de facto demonstra uma hipocrisia que todos os dias são praticados. E de facto, a anulação dos feriados é do populismo, do mais incrível que existe, e ir-se nesta conversa é abusador de um Estado de Direito, Estado Democrático, de participação popular.

Não é por ser o 5 de Outubro, o 15 de Agosto, o que quer que seja. O que está em causa é a retirada dos feriados, enquanto tal, independentemente de quais sejam eles. E é por isso que votámos favoravelmente a moção do PS."

Purificação Nunes

De: Augusto Brites [amasbrites@gmail.com]
Enviado: quinta-feira, 22 de Março de 2012 12:19
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Feriado do 1º de Dezembro



Exmos. Senhores,

A 10 de Junho de 1580 o Poeta, Luis Vaz de Camões, balbuciou a seguinte frase ao falecer "Morró com a minha Pátria".

Depois veio a dinastia dos "Filipes" que nos subjugou durante 60 anos.

A 1 de Dezembro de 1640 de novo se ergueram os nossos valores e foi reposta a nossa Independência.

Não podemos levianamente apagar registos da nossa História e Identidade.

Acabem com os feriados que quiserem incluindo o do 25 de Abril, que a única coisa de bom que trouxe ao nosso país foi a libertação dos presos políticos, pois o resto está à nossa vista.

1º DE DEZEMBRO SEMPRE...

Grato pela vossa atenção,

Espero que decidam em consciência.

Augusto M. Brites

Purificação Nunes

De: Camilo Mendonça [camilo.mendonca@gmail.com]
Enviado: sábado, 17 de Março de 2012 18:33
Para: Comissão 10ª - CSST XII

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>426700</u> Entrada/Saída nº <u>736</u> Data <u>23/3/12</u>

Deputados da Comissão/CSST

Manifesto o meu desacordo com o fim do feriado do 1º de Dezembro. Não me move qualquer sentimento de animosidade contra a nossa vizinha Espanha, com quem devemos manter sincera relação de amizade e cooperação, mas por se tratar de uma data decididamente marcante na nossa história. E nem sequer vejo qualquer vantagem económica com a extinção dos feriados. Cumprimentos.

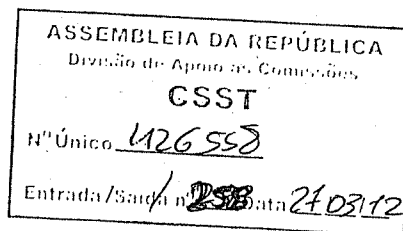
Camilo de Mendonça Machado de Araújo

Purificação Nunes

De: Eugénio Ribeiro Rosa [eugeniorrosa@gmail.com]
Enviado: quinta-feira, 15 de Março de 2012 23:24
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: O feriado do 1º de Dezembro

Aos Deputados da Comissão/CSST

1º De Dezembro . o feriado que nos une, que nos deve sentir mais vigorosamente Portugueses. Há que não apenas mantê-lo, mas revigoralisá-lo, fortalecendo a coesão nacional, de modo a ser "sentido" por toda a comunidade portuguesa - mesmo a sério!
Eugénio Ribeiro Rosa



Purificação Nunes

De: Fernando Monteiro [fmvs.monteiro@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 11:49
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: APELO À MANUTENÇÃO DO FERIADO NACIONAL DO "1º DE DEZEMBRO"

Exmos. Senhores (as)
Deputados da Comissão/CSST
da Assembleia da República,

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>426206</u> Entrada/Saida nº <u>839</u> Data <u>23/3/12</u>

Dirijo-me a V.Exas. na qualidade de homem livre mas Português.

Pretendo manifestar a minha total indignação e absoluto repúdio perante a inqualificável intenção legislativa de eliminar o feriado nacional do "1º de Dezembro" -- comemorativo da "Restauração da Independência de Portugal em 1640", proposta incluída na PPL nº46/XII, em fase presente de apreciação.

Apelo à ponderação de superior responsabilidade, em plena consciência cívica e patriótica, dos Senhores (as) Deputados, de todos os grupos parlamentares representados na Assembleia da República para que, por todos os meios legais a que possam recorrer nesse Parlamento, assumam consequentemente as iniciativas conducentes a não permitir, em definitivo, a eliminação do feriado nacional do "1º de Dezembro".

PELOS PORTUGUESES! POR PORTUGAL!

Subscrevo-me,
Fernando Manuel Vieira da Silveira Monteiro,
(B.I. nº 3149789)

Purificação Nunes

De: firmino josé ribeiro magro [firmino.magro@gmail.com]
Enviado: quinta-feira, 15 de Março de 2012 22:49
Para: Comissão 10ª - CSST XII

INSULTO?

Insulto, não, eu seria incapaz de tal.

Insultado, estou a ser Eu, como Português, e como Patriota que sou, com muita honra e determinação, Eu é que estou a ser Insultado com a eliminação do 1º de Dezembro. Tenho dito.

Firmino Magro.
(Maj. do Ex. na Ref.)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CSST	
N.º Único	42655
Entrada/Saida n.º	254
Data	24/02/12

Purificação Nunes

De: Francisco Henriques da Silva [fhsilva60@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 00:17
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: No 1º de Dezembro comemora-se a reconquista da soberania a independência de Portugal, e não uma mera mudança de regime

A comemoração da efeméride do 1º de Dezembro trata-se; como escreveu e bem Jaime Nogueira Pinto, no semanário "Sol", do dia da independência de Portugal. É o verdadeiro Dia de Portugal, uma vez que o 10 de Junho passou a ser um pouco de tudo e mais alguma coisa, de Camões à diáspora, passando pelos ex-combatentes e volta.

Foi em 1 de dezembro de 1640 que, através de um golpe de Estado bem sucedido, um grupo de conjurados, não sei se eram exactamente 40, se um pouco mais ou um pouco menos, correu com os Áustrias, na pessoa da duquesa de Mântua. Todavia, ainda levámos 28 anos a consolidar a reinstaurada independência. Devemos muito à Catalunha que foi sacrificada na "hispanidad" para sempre. A História não faz mal a ninguém e para quem nos quer retirar esse feriado, sem qualquer lógica discernível é, talvez, um bálsamo salutar para as suas cabeças mesquinhas e, de facto, muito pequeninas.

Se vamos ao deve e haver contabilístico dos dias de descanso de trabalho, não se ganha nada em termos de produtividade com a supressão do 1º de Dezembro. Aliás, os portugueses, na Europa, como se sabe, são dos que menos feriados têm e que menos dias de férias usufruem. Basta consultar a Internet.

Não podemos ignorar a história e não somos uma região autónoma de Espanha nem um mero distrito administrativo na Europa

Se há uma data que devemos comemorar é o 1 de Dezembro, O 5 de Outubro é uma mudança de regime (da monarquia para a república) e o 25 de Abril é outra mudança de regime (de um regime dito autoritário para um regime dito democrático). São, como diz Nogueira Pinto, feriados político-ideológicos. O 1 de Dezembro é a reconquista da nossa soberania, em que assumimos de novo o curso do nosso destino colectivo interrompido pelos 60 longos anos de domínio estrangeiro. Não podemos esquecer essa data e não afrontamos quem quer que seja celebrando-a-

Meus senhores, quem o diz, di-lo com veemência, sem embargo de ter família espanhola, muito próxima e muito querida. Creio que sou insuspeito para falar.

Mais, quem o diz, goza hoje da sua magra reforma e não precisa de feriados para descansar. O que este governo fez foi uma infâmia. Uma nódoa na bandeira nacional. Uma machadada na alma dos portugueses.

Quer sejamos monárquicos ou republicanos, salazaristas, conservadores, critsão-democratas, social-democaratas, socialistas ou comunistas, o 1º de Dezembro é uma data ímpar da nossa história. Por alguma razão temos a capital em Lisboa e não em Madrid. Além disso, tivemos, então que lutar não só contra a Espanha, mas também contra a França e a Holanda.

Enquanto tiver forças, grito como D. Antão de Almada das janelas do Palácio da Independência para a multidão apinhada no Largo de S. Domingos, na manhã de 1 de Dezembro de 1640: "Real! Real! Por D. João IV, Rei de Portugal!"

Francisco Henriques da Silva - BI 321181

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CSST
Nº Único <u>426562</u>
Entrada/Saida nº <u>260</u> Data <u>21/03/12</u>

Purificação Nunes

De: Guida Nazareth [guidanazareth@gmail.com]
Enviado: domingo, 18 de Março de 2012 10:31
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: O feriado de 1 de Dezembro

Ao acabar com este feriado estar-se-ia também a Querer esquecer a origem da nossa independência ..e identidade?????!!!!!! Sem o qual Nao faz sentido mais nenhum feriado.

Enviado do meu iPhone

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CSST
Nº Único <u>126158</u>
Entrada/Saída nº <u>035</u> Data <u>13/3/12</u>

Purificação Nunes

De: helena maria machado aires [tetemachadoaires@gmail.com]
Enviado: quinta-feira, 15 de Março de 2012 21:53
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: manifesto

Portugal merece ter o seu dia de independência como muitos países o tem .

VIVA PORTUGAL

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CSST
Nº Único <u>426536</u>
Entrada/Saida nº <u>286</u> Data <u>27/3/12</u>

Purificação Nunes

De: joaquim.jose.galvao@sapo.pt
Enviado: quinta-feira, 22 de Março de 2012 13:27
Para: Comissão 10ª - CSST XII; José Manuel Canavarro
Assunto: Pela manutenção do feriado de 1 de Dezembro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>426210</u> Entrada/Saida nº <u>241</u> Data <u>23/3/12</u>

1º de Dezembro

O principal significado da Restauração soberania da Pátria Portuguesa em 1 de Dezembro 1640 faz lembrar que grande parte da economia portuguesa, tal como hoje, se encontrava a necessitar de ser restaurada pois estava completamente destruída. As guerras e os impostos lançados pela monarquia da casa de Áustria tinham destruído ou arruinado sectores inteiros da economia, especialmente aqueles que viviam das exportações para a Inglaterra e para a Flandres.

A situação de Portugal em 1640, era de absoluta miséria e o «Hispanismo» deixara o país numa crise sem precedentes. O país estava decrépito e decadente e à beira da ruína. Mas vivia-se o orgulho do passado e da nobre nação de se fora e que já tinha escrito a sua História.

Comemorar o 1 de Dezembro é comemorar a Capacidade de recuperação e resistência

No entanto, contra todas as expectativas, contra muitas previsões e contra a própria lógica, o país resistiu e ainda hoje é difícil entender como o conseguiu fazer. Mesmo arruinado, esfomeado, decadente, o país conseguiu reunir forças para enfrentar exércitos que sabia haviam de chegar, e que sabia serem inevitavelmente muito superiores.

A contribuição para a restauração da Independência e a defesa do país, foi muito mais pesada que a exigida durante o período dos monarcas Habsburgo. No entanto não existem notícias de quaisquer protestos contra as medidas impopulares e de austeridade. A revolução de 1 de Dezembro, continua ainda hoje a ser um símbolo não só da firme vontade dos portugueses de manter a sua independência.

A história faz-se destes factos e simboliza-se nestas datas

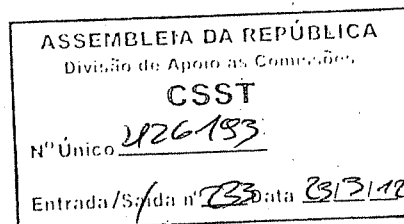
Este Dia representa a grandeza de Portugal, de antes de 1640, do depois desta data e de hoje sendo o valor máximo dos ideais de Portugal com futuro e com independência daí ser o feriado dos feriados de Portugal e dos portugueses

Viva o Feriado de 1 de Dezembro

Joaquim José Cardoso Lopes Galvão

Purificação Nunes

De: José Rocha [josebarrosrocha@gmail.com]
Enviado: quinta-feira, 22 de Março de 2012 11:16
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Cc: José Ribeiro e Castro
Assunto: Feriado 1º Dezembro



Conversa encaminhada

Assunto: Feriado 1º de Dezembro

De: José Rocha <josebarrosrocha@gmail.com>
Data: 22 de março de 2012 10:57
Para: Comissao.10A.CSSTXII@ar.parlamento.pt
Cc: jrcastro@cds.parlamento.pt

Pelo País Soberano

Pela Pátria Independente

Pela Nossa História

Pelos Nossos Antepassados

- Não permitamos que alguns "ousados" (?!), a pretexto da economia de uns míseros cêntimos, tenham a veleidade de nos retirar o Feriado do dia 1º de Dezembro - símbolo máximo da Nossa Independência.

Comemoremo-lo !

Festejemo-lo !

Vivamo-lo !

Viva o 1º de Dezembro !

Viva Portugal!

José Barros da Rocha
BI - 107189984

Purificação Nunes

De: Mafalda e Luiz de Albuquerque Veloso [mfc.lav@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 09:58
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Petição contra eliminação feriado 1º Dezembro

Senhores Deputados da Comissão/CSST

Sou contra a abolição do feriado 1º de Dezembro uma vez que se trata de uma data muitíssimo importante para Portugal, já que comemora a restauração de uma dinastia portuguesa no Trono de Portugal. Sabemos bem que teoricamente, em 1580, a independência de Portugal não foi posta em causa, mas também sabemos bem as trágicas consequências que teve para a nossa política externa o facto de termos um rei espanhol. Ficámos sujeitos ao interesses de Espanha e os inimigos de Espanha passaram a ver Portugal também como inimigo. Todo o processo das descobertas e da consolidação dos nossos territórios além mar foi interrompido e os inimigos de Espanha passaram a atacar os nossos interesses, uma vez que tínhamos um rei comum.

Qualquer pessoa que tenha estudado a história da política externa portuguesa, pôde constatar que a vertente constante é a manutenção da independência face a Espanha.

É por isso, e não por questões nacionalistas, que defendo a manutenção do feriado que comemora o 1º de Dezembro de 1640: restauração de uma dinastia portuguesa e assim a liberdade da defesa dos interesses nacionais.

Peço, pois, ao Senhores deputados que mantenham este feriado como símbolo do futuro de Portugal e dos seus interesses.

Melhores cumprimentos.

Luiz de Albuquerque Veloso

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>426511</u> Entrada/Saida nº <u>202</u> Data <u>24/03/12</u>

Purificação Nunes

De: Manuel Barbosa [mcbarbosa.pos@kanguru.pt]
Enviado: quinta-feira, 15 de Março de 2012 21:30
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: FERIADO NACIONAL 1º. DE DEZEMBRO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>125232</u> Entrada/Saída nº <u>481</u> Data <u>16/3/12</u>

Deputados da Comissão/CSST.

SE QUEREM ACABAR COM FERIADOS EM PORTUGAL ENTÃO SUGIRO OS SEGUINTE POR SEREM ABSOLUTAMENTE INÚTEIS E REPRESENTAREM NADA PARA PORTUGAL, ENQUANTO PAÍS SOBERANO E INDEPENDENTE DE PODERES ESTRANGEIROS :

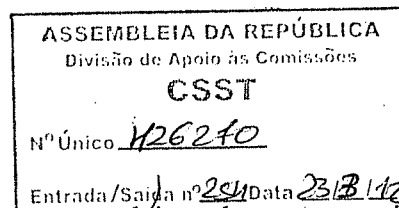
- 25 DE ABRIL - APENAS LEMBRA O PRÍNCIPIO DA DESTRUÇÃO DE PORTUGAL COMO PAÍS SOBERANO E INDEPENDENTE COM MAIS DE 800 ANOS DE HISTÓRIA. RELEMBRA AINDA FERIDAS DAQUELES QUE COMBATERAM EM ÁFRICA POR PORTUGAL E SEUS IDEIAIS E FORAM FORÇADOS A TRAIR TODA A POPULAÇÃO AFRICANA QUE EM PORTUGAL CONFIAVA.

- 05 DE OUTUBRO - NÃO COMEMORA NADA. A REPÚBLICA NADA CRIOU PARA PORTUGAL. DESTRUIU TUDO O QUE A MONARQUIA CONSTRUIU PARA PORTUGAL. A REPÚBLICA NÃO TEM QUALQUER LEGITIMIDADE. FOI IMPOSTA AO POVO PORTUGUÊS À BASE DO TIRO COMO QUALQUER DITADURA. DAÍ QUE ESTE FERIADO DEVERIA DESAPARECER.

O DO DIA 1 DE DEZEMBRO É PARA MANTER. É O UNICO QUE NOS RESTA DE UM PORTUGAL SOBERANO DE INDEPENDENTE.

Purificação Nunes

De: Pedro Grilo [phgrilo@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 23 de Março de 2012 15:30
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Em defesa do 1º de Dezembro - Aos Deputados da Comissão/CSST



Exmos. Srs Deputados da Comissão/CSST,

Tendo sido informado acerca dos trabalhos dessa Comissão, não posso deixar de tentar sensibilizar V/Exas para o que, na minha opinião, é a importância vital da comemoração do feriado do 1ª de Dezembro.

Antes de mais, aprez dizer que sou um cidadão independente, sem qualquer filiação partidária ou sequer uma identificação política rigorosa com qualquer dos partidos do espectro nacional. Nada me liga a esta causa excepto uma preocupação genuína e altruísta com a identidade e património nacionais.

O 1º de Dezembro remete para a independência nacional. Comemorá-lo afigura-se-me comparável a, na esfera do indivíduo, comemorar o aniversário. É o nascimento, é a liberdade, é a identidade que está em causa. Obviamente, cada um pode demonstrar um diferente grau de sensibilidade a esta efeméride, mas justificar porque é que, enquanto Nação, é fulcral a manutenção deste feriado parece-me de uma simplicidade elementar.

O momento que atravessamos é, como sabemos, particularmente difícil e doloroso. A situação em que nos encontramos obriga a diversos sacrifícios, entre os quais se encontram, como V/Exas certamente compreenderão, o orgulho e a soberania. São tempos férteis para extremismos, e esse é terreno relativamente ao qual importa não oferecer gratuitamente causas desnecessárias.

Colocar de parte a existência de quatro feriados, particularmente quando o que está em causa é a existência de pontes, é incompreensível e pouco relevante de um ponto de vista económico. Entre esses, sacrificar o feriado da fundação, particularmente no contexto actual, é grave e muitíssimo difícil (impossível no meu entender) de aceitar.

Peço portanto a V/Exas que tenham em conta esta linha de raciocínio na decisão que venham a tomar e que, por favor, não nos privem da comemoração daquele que é o mais significativo de todos os feriados.

Agradecido pela atenção dispensada,

Com os melhores cumprimentos,

Purificação Nunes

De: Presidente da AOFA [presidente.cn@aofa.pt]
Enviado: sexta-feira, 23 de Março de 2012 17:16
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: EXTINÇÃO DE FERIADOS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>126263</u> Entrada/Saida nº <u>253</u> Data <u>23/3/12</u>

Exs. Srs. Deputados da Comissão/CSST:

Para além da panóplia de argumentos, nomeadamente de ordem económica que, rebatem e anulam os que, igualmente por razões económicas, sustentam a sua eliminação, não poderia, como militar que ama a sua Pátria, deixar de aduzir outros motivos que justificam a sua continuidade.

E fá-lo-ei em jeito de pergunta:

- Será que, para além do argumentário publicamente anunciado em favor da sua extinção, não estará a vontade de arrumar debaixo do tapete feriados que, simbolizando aspetos identitários de um povo, são eles próprios denunciadores de acontecimentos históricos em cuja génese estiveram situações muito semelhantes às que hoje se verificam, nomeadamente no que se refere às comemorações dos 05 de Outubro e 01 de Dezembro?
- Sendo aqueles feriados relacionados com a retoma da soberania antes perdida, não se justificaria, mais que nunca, a sua manutenção, numa altura em que vai soçobrando face a interesses e vontades estrangeiras?
- Contrariamente ao desvalor que implicitamente se associa à vontade dos que advogam a sua extinção, não deveria, nesta situação difícil que o País atravessa, ser valorizado o seu significado, catalisando os portugueses para valores que se sobrepõem à mera economia e o incentivem a estar alerta para a defesa de um inestimável bem como é a soberania, hoje tão flagrantemente colocada em causa?
- Não será esta uma despudorada forma de, através de ínvios caminhos, faltar ao respeito aos antepassados que tombaram para fazer deste retângulo mais ocidental da Europa, a Pátria a que nos orgulhamos de pertencer? Datas plenas de simbolismo e que recusamos ver esquecida:

- Porque os nossos antepassados no-lo exigiram depois terem lutado até à morte para nos deixarem de legado inigualáveis dádivas – a sua vida e a Pátria que hoje somos;

- Porque simboliza a recuperação da soberania, o que, para nós, militares se reveste de especial significado, pois é a nós que compete estar na 1ª linha de combate e defesa da Pátria que juramos defender, se necessário com a própria vida.

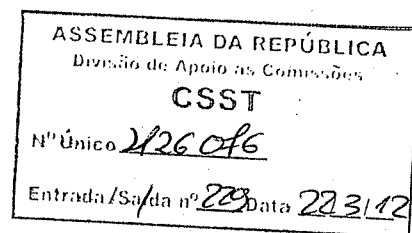
Manuel Cracel
Coronel

Purificação Nunes

De: Raul Mesquita [r.mesquita@videotron.ca]
Enviado: segunda-feira, 19 de Março de 2012 15:55
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Contra a eliminação do feriado do 1º de Dezembro
Anexos: Senhores Comissários.pdf

Com os melhores cumprimentos envio em anexo a minha opinião.
Grato,

RM



Aos senhores deputados da Comissão/CSST

Assunto: contra a eliminação do feriado do 1º de Dezembro

Caros senhores,

Como Português genuíno que me prezo de ser, junto a minha voz às de muitos outros que se preocupam pela perenidade dos Valores Portugueses de que o feriado em questão é ponto fulcral.

Parece-me supérfluo reavivar os Valores representados nessa data e as consequências nefastas que prevejo com a sua eventual abolição.

Não quero explicar-vos o que para um antigo graduado da briosa Mocidade Portuguesa como eu, significa o 1º de Dezembro. Apenas realçar o que de heróico teve a acção dos valorosos 40 fidalgos e da população portuguesa que espontaneamente aderiu ao tão desejado momento da Restauração Portuguesa. Enfim, Portugal, voltava a ser um País.

Trata-se para mim, que ensino nos níveis 7 a 9 numa escola portuguesa na região onde resido, de uma das 4 datas que mais evidenciou aos jovens, procurando transmitir-lhes o dever sagrado da independência da Pátria.

Toda tentativa de eliminação, será logicamente recebida como um insulto, uma agressão aos nobres ideais que os seus actores representam na História Pátria, e abalarão o trabalho que se procura fazer junto da juventude luso-descendente.

Fico todavia confiante que o bom senso irá imperar e que os vossos trabalhos serão coroados pelo êxito da anulação da intenção proposta.

Com os melhores cumprimentos,

RAUL MESQUITA

Raul Mesquita

Cidade de Laval-Québec -Canadá
18 de Março de 2012



MUNICIPALITÉ

2009 rue Lavoie
Laval, QC, Canada
H7V 1W9

Purificação Nunes

De: Rui Carneiro Barros [ruicb52@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 00:23
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: REVOGAÇÃO da "Extinção do feriado do 1º Dezembro"

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>106566</u> Entrada/Saída nº <u>261</u> Data <u>21/03/12</u>

À Comissao.10A-CSSTXII@ar.parlamento.pt

O signatário é um Português dos milhares que assinaram a petição pública contra a extinção do feriado do 1º Dezembro.

O proposito deste meu email de reforço da petição assinada, não irá invocar os mesmos paragrafos, as mesmas ideias, e até as mesmas grandes mensagens que enriqueceram o referido manifesto -- em boa-hora escrito e assinado. Já muito explicitamente e nobremente esses chavões racionais e eficientemente justificativos da NÃO-EXTINÇÃO, foram amplamente apresentados e defendidos. E supostamente terão sido (estarão a ser) objecto da vossa especial atenção.

O proposito deste meu email é SIM o de procurar motivar, mais uma vez, essa Comissão a ESCUTAR PORTUGAL (o explícito, e o IMPLICITO frequentemente surdo-mudo) e as razões nobres de PORTUGALIDADE associadas à Comemoração da Restauração do 1º de Dezembro de 1640:

- (1) a nossa efectiva RESTAURAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA;
- (2) DE IDENTIDADE "por" e "com" uma MESMA FAMILIA LUSA;
- (3) herdeira do seu passado nobilissimo, antigo, genuíno, num dos territórios europeus de fronteiras praticamente estaveis desde o tratado de Alcanices (não estou aqui a considerar o caso da ocupação ilegal do território português de Olivença, reconhecido como português por tratados internacionais assinados entre as partes e com compromisso de entrega de administração, na sequencia da guerra das laranjas).

Alerta-se que sem 1º Dezembro 1640, nenhum dos actuais deputados, nenhuma das actuais comissões de análise (inclusivé esta mesma), nenhum regime posterior Português (monarquico ou republicano) teria existido. Ou quando muito, os hoje fisicamente envolvidos nestas analises e nestas considerações (incluindo a minha aqui presente), estariam a desempenhar funções em Madrid ou Barcelona (num País que não seria Portugal).

Pensem ou meditem nas dificuldades afirmativas e identitárias que Galegos, Catalãos, Bascos (até Andaluzes), tiveram ao longo dos ultimos 350 anos! Imaginem o que seria feito de Portugal durante esses 350 anos, sem 1º de Dezembro de 1640!

Não esqueçam também --- e muitos de vós não saberão de História Pátria o que a minha geração soube sabe e aprendeu a querer saber --- que foi exactamente durante os 60 anos nefastos do período filipino que se perdeu parte de Angola e Brasil para os Holandeses, que se enfraqueceu enormemente o Estado Portugues da Índia, que se perdeu a presença forte em Ceilão e Malaca, e que se perdeu grande parte da nossa frota marítima na funesta batalha naval da designada derrota da Armada Invencível!

Só há 2 feriados de Portugal que vale a pena celebrar com propriedade:

- (1) o 10 de Junho (Dia de Portugal, da Portugalidade, da Gesta ou Geração Lusa tão nobremente e belamente enaltecida em "Os Lusíadas", e por isso mesmo designado Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Universais Lusíadas) que é um dia transversal a toda nossa história e existência como Povo e como Cultura/Civilização autónoma;
- (2) o 1º de Dezembro, o efectivo único dia histórico a comemorar sem o qual Portugal teria terminado para sempre em Alcácer Quibir (porque daí a 1580, foi apenas esperar em dois anos um fim parcial então à vista).

Sem 1º de Dezembro de 1640, não mais sealaria em Portugal com identidade igualitária a nível das nações culturas e civilizações internacionais. Sem 1º de Dezembro de 1640, Portugal seria apenas um mero capítulo medieval na historia da Hispânia.

E note-se que até historiadores internacionais reconheceram à época a enorme importância do 1º de Dezembro de 1640. Estou-me a lembrar duma reconhecida obra "Histoire des Revolutions de Portugal" (com 3 gravuras e 1 mapa) de Abbé de Vertot, editado em Amsterdam em 1722 (1ª

edição) e objecto de dezenas de re-edições (francesas, inglesas e portuguesas) até meados do século XIX. Então toda a Europa, e seus reconhecidos historiadores da época e ainda hoje, reconhecem a IMPORTANCIA da Revolução associada à Restauração da Independência de 1º de Dezembro de 1640, e os seus habitantes NÃO O RECONHECERÃO? Não é um contracenso?

Mas Portugal NÃO É IBÉRICO, isto é, Portugal não é só ibérico mas universal, e a alma portuguesa é do tamanho do mundo pois estamos em todos os continentes (com patrimonio universal reconhecido pela UNESCO), viajamos e mantivemos feitorias e interacções no campo planetário ou universal.

E toda essa expressão universal de PORTUGAL possibilitada e devida ao nosso desempenho de 1140 a 1580 (e de que os Descobrimentos Portugueses e por Portugueses foram a nossa maior dádiva à Humanidade), é AINDA HOJE SEGUIDA RECONHECIDA (e espera-se que para sempre) PORQUE e SÓ PORQUE OCORREU o 1º de DEZEMBRO de 1640.

Não comemorar o 1º de Dezembro, será equivalente a uma sentença a favor da eliminação da necessidade de "Saber Portugal". E quem não sabe Portugal, não é Português, não tem Portugal no seu Conhecimento ou na sua Capacidade Intelectual, e no limite esquecerá ou acabará por esquecer a necessidade de Portugal e de se ser Português.

E como esquematicamente dizia Fernando Pessoa "um verdadeiro português não é só Português mas Universal, ie, um cidadão do Mundo", deixar de comemorar o "1º de Dezembro" será não só deixar de justificar a nossa história e a nossa independência como Nação, mas também deixar de poder justificar (e quem sabe até viver) a nossa efectiva Universalidade como Portugalidade.

Espero sinceramente que essa Comissão e a Assembleia de que faz parte, e actualmente representativa de Portugal de acordo com as representatividades inerentes à constituição em vigor (que se espera venha a ser revista quanto antes, mas em devido tempo após debate criativo crítico racional e nacionalmente salutar), tenham a lucidez e a sensatez de revogar a decisão de extinção do feriado nacional do 1º de Dezembro, comemorando uma data histórica de Restauração da Independência sem a qual Portugal já não existiria desde 1580!

Com meus melhores cumprimentos.

Rui Carneiro de Barros

Purificação Nunes

De: Rui Ortigão Neves [rmron.pessoal@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Março de 2012 16:51
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: Em defesa do Feriado do 1.º de Dezembro - Aos Deputados da Comissão/CSST

Importância: Alta

Excelentíssimos Senhores

Deputados da Comissão/CSST

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST N.º Único <u>426201</u> Entrada/Saida n.º <u>231</u> Data <u>23/3/12</u>

O argumento de defesa que ponho à consideração de Vossas Excelências vai no sentido de um verdadeiro enaltecimento da razão de ser de qualquer Estado; o de afirmar, celebrando-a, a sua Independência, restaurada *de Jure*, no caso, após vinte e oito anos de guerra.

Uma Independência nunca tolerada por Espanha mas algo que, apesar das cíclicas tentativas que continuam, até hoje, a ser feitas, nenhuma outra das Nações espanholas alcançou.

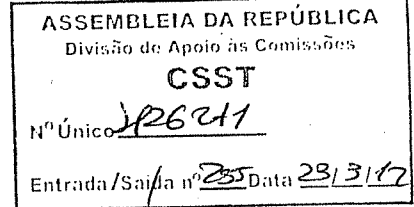
Com os melhores cumprimentos

Rui Manuel Ramalho Ortigão Neves.

Purificação Nunes

De: SHIP - Actividades Culturais [ship.actividadesculturais@ship.pt]
Enviado: sexta-feira, 23 de Março de 2012 16:50
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: MANIFESTO 1.º de DEZEMBRO, COMUNICADO DA SHIP E CARTA DE MISSÃO (10 Medidas, anteriores e futuras, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, relativas à manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro)
Anexos: COMUNICADO - 1DEZEMBRO.pdf; MEDIDAS.pdf; 120305 MANIFESTO 1 Dezembro FINAL (3).pdf

Exmos. Senhores



Para conhecimento de V. Exas , encarrega-me o Senhor Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal de remeter os anexos "Manifesto 1.º de Dezembro", "Comunicado" e "Carta de Missão", os quais contêm a posição desta Sociedade Histórica quanto à manutenção do Feriado Nacional do 1º de Dezembro de 1640, Dia da Restauração da Independência de Portugal.

Com os melhores cumprimentos
Ana Maria Proserpio

Serviços Culturais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal
Palácio da Independência
Largo de São Domingos, n.º 11
1150-320 LISBOA
Tel. 213241470 Fax 213460754
E-mail: ship.actividadesculturais@ship.pt

COMUNICADO

O Dia 1.º de Dezembro – Dia da Restauração – é uma data que, a par do Dia 10 de Junho, une toda a Nação Portuguesa, em torno da sua Bandeira, do seu Hino, da sua História e dos seus Santos e Heróis.

O Dia 1.º de Dezembro constitui a origem e a matriz dos Feriados Oficiais Portugueses. Se não tivesse existido o Dia 1.º de Dezembro de 1640 não haveria 10 de Junho, 5 de Outubro ou 25 de Abril, pois a agenda dos Feriados Oficiais Portugueses coincidiria com a de Madrid.

Quanto muito, o Dia 10 de Junho seria o dia da Região Autónoma Portugal, que talvez mantivesse o título honorífico de Reino.

No corrente ano de 2012 e na segunda década do novo século, se os órgãos de soberania pretendem, coerentemente, manter a união de toda a Nação Portuguesa em torno dos pesadíssimos sacrifícios exigidos ao nosso velho Estado-Nação pela “troika” dos credores internacionais, então que não atentem contra a dignidade, a identidade, a individualidade e a auto-estima de Portugal e respeitem a sua História, os seus valores, quase milenares, bem como a afirmação da Língua e da Cultura Portuguesas, que ao Dia 1.º de Dezembro de 1640 devem a sua existência.

A SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal, criada há 150 anos por 40 patriotas, dos quais avulta a figura de Alexandre Herculano, tem por missão estatutária a defesa da independência, individualidade e identidade de Portugal, pelo que convoca e convocará as instituições da sociedade civil e os Portugueses, residentes em Portugal e na Diáspora, para que não permitam a abolição do mais importante e emblemático feriado nacional.

A I.ª República, logo nos seus primeiros dias de existência, criou o feriado do 1.º de Dezembro, coerentemente, mantido pelo Estado Novo e pela III República, ao longo de 37 anos. Respeitemos a correctíssima decisão das três Repúblicas.

Aliás, um Estado que não comemora, como o seu principal feriado, o Dia da Independência é um Estado sem dignidade nem valores.

Alguma vez os Estados Unidos pensariam em deixar de evocar o Independence Day.?

Recorde-se que a Guerra da Restauração não foi só contra a Espanha – na Terra e no Mar – mas também contra a França no Brasil e os Países Baixos no Brasil, em Angola e na Índia. A Restauração mobilizou a Nação Portuguesa, na Europa e no Ultramar, e combateu e venceu as potências que a ela se opuseram.

Por outro lado, na União Europeia a 27 são 18 os países cujo Dia Nacional – o feriado civil mais importante – assinala a respectiva fundação ou independência.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal apela, pois, ao patriotismo e sentido de Estado de todos os Deputados à Assembleia da República para que preservem o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, que, em bom rigor, deveria ser o Dia de Portugal.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal criará, de imediato, a Comissão Comemorativa do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro de 2012 – Dia da Restauração.

No caso do bom senso não vir a prevalecer na Assembleia da República – no que, obviamente, se não acredita – então a Sociedade Histórica da Independência de Portugal apelará ao Presidente da República para que oponha o seu veto político à disposição do Código do Trabalho que elimine o Feriado do 1.º de Dezembro de 1640 – Dia da Restauração – ao qual Portugal, a Língua e a Cultura Portuguesas devem a sua independência, identidade e afirmação.

Palácio da Independência, Lisboa, 9 de Março de 2012

CARTA DE MISSÃO

10 Medidas, anteriores e futuras, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, relativas à manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro.

1. Em 1 de Dezembro de 2011, o Presidente da SHIP, José Alarcão Troni, defendeu, em discurso, nas Cerimónias Públicas dos Restauradores e do Palácio da Independência – nesta perante a representante do Presidente da República – a manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro – Dia da Restauração – por ser a origem e matriz de todos os feriados civis. Não haveria 5 de Outubro, 25 de Abril, 1.º de Maio ou 10 de Junho se não tivesse existido a Restauração da Independência, em 1640, que devolveu a Portugal a sua soberania plena e à Língua e Cultura Portuguesas as respectivas autonomia e afirmação.
2. No próprio dia 1 de Dezembro de 2011, a Sociedade Histórica desencadeou um abaixo-assinado, que recolheu cerca de 2.000 assinaturas, o qual foi despachado pela Presidente da Assembleia da República para apreciação da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, no âmbito da discussão e votação dos feriados civis e religiosos, matéria constante da Proposta de Lei do Código do Trabalho.
3. A posição da Sociedade Histórica, na defesa do Feriado do 1.º de Dezembro, foi, imediatamente, comunicada ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro Ministro, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aos Presidente e Secretários-gerais dos Partidos com representação parlamentar e aos líderes dos grupos parlamentares.
4. No âmbito da audição pública da Proposta de Lei do Código do Trabalho, reuniu, a 5 de Março de 2012, a requerimento de quarenta associados, em sessão extraordinária, a assembleia geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a qual aprovou a adesão da SHIP ao Manifesto, elaborado pelo Deputado José Ribeiro e Castro, que está a ser subscrito por seiscentos membros da sociedade civil, com óbvio destaque para os corpos sociais e associados desta patriótica instituição, cujo objecto estatutário é a defesa da Independência, individualidade e identidade de Portugal, bem como a afirmação da Língua e Cultura Portuguesas.
5. Ainda, no âmbito da audição pública da Proposta de Lei do Código do Trabalho, a Sociedade Histórica reiterou, em Comunicado de 9 de Março de 2012, a sua posição, de sempre, no sentido da manutenção do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, documento que será enviado ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente e Secretários-gerais dos Partidos Políticos do arco Parlamentar, líderes dos grupos parlamentares, Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, associados da SHIP, Conselho das Comunidades Portuguesas, principais parceiros sociais, órgãos de comunicação

social e a todos os Portugueses, residentes em Portugal e na Diáspora, estes através do “site” da Sociedade Histórica.

6. Criação, de imediato, pela Sociedade Histórica, da Comissão Organizadora das Comemorações do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro de 2012.

7. Acompanhamento dos trabalhos parlamentares de discussão e votação da Proposta de Lei do Código de Trabalho, sensibilizando os Deputados de todos os Partidos Políticos, com representação parlamentar, para a importância e sentido patriótico do 1.º de Dezembro.

8. Contactar a RTP1, propondo a realização de um programa Prós e Contras sobre o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, a RTP2 – programa Sociedade Civil, bem como a Imprensa Diária e não Diária, com especial relevo para a Imprensa Regional.

9. Fazer a declaração solene de que a Sociedade Histórica jamais baixará os braços, qualquer que seja a decisão final sobre o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, nem deixará de lutar pela reposição do feriado, caso seja abolido – o que Deus não permita – assim como não deixará de promover a celebração, no dia 1 de Dezembro de cada ano, da Restauração da Independência, enquanto houver um dos seus associados que seja sobrevivente. A declaração será acompanhada de abaixo-assinado dos sócios, comprometendo-se nesta opção.

10. No caso da Assembleia da República vir a eliminar o Feriado Nacional de 1 de Dezembro – o que se não crê – a Sociedade Histórica solicitará ao Presidente da República o veto político da deliberação.

Palácio da Independência, Lisboa, 9 de Março de 2012

MANIFESTO DO 1º DE DEZEMBRO, DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Viva Portugal! Viva a Restauração!

Não há mais importante para uma Nação do que a sua independência. Não há mais importante para um povo do que a sua liberdade.

Por isso, o 1º de Dezembro é o mais importante de todos os feriados nacionais. O 1º de Dezembro é o feriado *sine quod non*, o feriado nacional sem o qual nenhum outro existiria. Se não fosse o dia 1 de Dezembro, estaríamos condenados a comemorar o Dia da Hispanidade como “dia nacional” e em nenhum dia seríamos livres de celebrar Portugal.

Poderíamos festejar a independência e a liberdade com referência a um dos factos relevantes da fundação da nacionalidade no século XII ou com relação a algum dos momentos críticos e dramáticos da crise do interregno no século XIV. Mas desde há século e meio que escolhemos colectivamente celebrá-las com referência à data em que recuperámos a independência pátria, ao fim de sessenta anos de a termos perdido: a Restauração de 1640.

Por isso, o 1º de Dezembro é o mais antigo dos nossos feriados civis e o mais alto dos feriados patrióticos. Consolidou-se como marco pacífico da nossa vivência nacional e do nosso convívio colectivo. Atravessou regimes e mudanças políticas e sociais. Estabeleceu-se como facto do mais alto significado, que não podemos interromper, nem quebrar.

Este marco foi afirmado na linha do Manifesto que, em 1861, um punhado de quarenta patriotas, com Alexandre Herculano à cabeça da lista, lançou à consciência nacional para empreender as primeiras comemorações solenes, a partir da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, antecessora da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Hoje, poderíamos escrever muitas das palavras por que esses patriotas despertaram o espírito nacional:

«O povo portuguez, seguro da sua existência nacional, e cõscio dos imprescriptíveis direitos em que ella assenta, sem ter esquecido as heróicas acções com que seus antepassados conquistaram e mantiveram a independência da pátria, havia quasi apagado, pelo seu character humano e pacifico, a recordação pública de cruentas pelejas, que foram mais um desengano, entre tantos que a história accumula, de que a força e a ambição, por si sós, não lograram no mundo triumphos duradouros.» (...)

«Precisávamos, portanto, expor claramente a opinião unânime do povo portuguez, e assegurar aos homens e aos governos que se interessam no melhor regimento da família européa, que é ânimo e deliberação nossa defender a integridade do território que possuímos, não acceitando aggregações incongruentes com o character e tradições nacionais, e que nos empenhamos, quanto cabe em nossas faculdades e nol-o permitem os obstáculos da governação que todos os povos têm encontrado nos aperfeiçoamentos sociaes, por sermos dignos de fazer parceria com as nações civilisadas, tanto pelos nossos feitos passados como pela nossa vida contemporânea.»

No ataque de agora ao 1º de Dezembro, ouve-se comentar, em sussurros cúmplices, que, em tempo de União Europeia, “*não fica bem*” acentuar a independência nacional e celebrar uma vitória política e militar sobre a vizinha Espanha. Dizemos, sem hesitar, que é exactamente ao contrário.

Nada nos move contra a vizinha Espanha, com que desejamos viver em paz e boa cooperação, como Estados independentes, hoje unidos no mesmo projecto europeu. Basta-nos citar as palavras de Herculano e do Manifesto dos Quarenta, em 1861:

«Portugal, avivando e celebrando com mais solemnidade o aniversário da reconquista da sua Independência em 1640, nem pretende ferir o pundonor da briosa nação hespanhola, nossa amiga e aliada, nem resuscitar os ódios que outr'ora inimisaram os dois povos convisinhos.

Não quer reptál-a. Não leva a mão á espada. Unicamente aponta para o seu direito, e diz á Europa que está decidido a defendêl-o.»

Ao preservarmos e valorizarmos o dia em que celebramos, com Portugal inteiro, a Independência Nacional, aproximamo-nos – não nos afastamos – da esmagadora maioria dos Estados que compõem a União Europeia. Dos vinte e sete Estados-membros, são dezoito aqueles cujo Dia Nacional – o feriado civil mais importante – assinala a respectiva independência ou fundação. Dos nove que restam: uns são monarquias, em que o dia nacional corresponde ao aniversário oficial do Rei ou Rainha, símbolo vivo da própria individualidade nacional; outros, trata-se de países que nunca tiveram aqueles marcos, porque foi outra a História da formação dos respectivos Estados, como Áustria, Espanha, França ou Itália; e, mesmo entre estes, outros feriados há que celebram datas de libertação nacional e, às vezes, em dobro, como é o caso de França, Itália e Holanda. A única excepção na UE-27 é a Irlanda, cujo Dia Nacional é religioso, o *Saint Patrick's*, símbolo universal da identidade irlandesa. Se Portugal abolisse o feriado da independência, tornar-se-ia no único Estado-membro da União Europeia que, tendo conquistado a independência nacional e assinalando-a em feriado nacional, o apagaria da memória e do calendário oficiais. Pior seria impossível.

O 1º de Dezembro não é moeda de troca de negociações financeiras ou laborais – para tudo isso, na delicada situação do país, é possível e necessário encontrar melhores alternativas. O 1º de Dezembro é uma escolha patriótica e uma decisão nacional inapagável.

Acabar com o feriado do 1º de Dezembro seria atacar da pior forma a independência nacional de Portugal: seria feri-la no seu próprio espírito. Quando alguns falam de que Portugal caiu numa situação de “*protectorado*” e o quadro de endividamento diminui a liberdade de decisão de Portugal, não é tempo de apagar o espírito, a vontade e o brio da independência nacional – bem ao contrário, é o tempo de os celebrar, exaltar e fortalecer.

O dia em que assinalamos a nossa independência nacional, a data em que festejamos a nossa liberdade como povo liberto do jugo estrangeiro é o dia mais importante da nossa vida colectiva.

Aqui, não somos de esquerda, nem de direita – somos portugueses. Não somos da República, nem da Monarquia – somos por Portugal. O 1º de Dezembro a todos nos une e reúne. O 1º de Dezembro convoca-nos.

Lisboa, 5 de Março de 2012

Adalberto NEIVA DE OLIVEIRA (advogado, gestor)

Alexandre PATRÍCIO GOUVEIA (economista, gestor de empresas)

Aline GALLASCH-HALL (professora universitária, investigadora)

António GALVÃO LUCAS (engenheiro químico-industrial (IST), empresário)

António MENEZES CORDEIRO (advogado, jurisconsulto e árbitro, professor catedrático)

António PINTO DA FRANÇA (diplomata)

Augusto CID (cartoonista)

Diogo FREITAS DO AMARAL (professor universitário, ex-vice-primeiro-ministro e ex-ministro, jurisconsulto)

Eugénio RIBEIRO ROSA (médico, presidente do Conselho Superior da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

Filipe SOARES FRANCO (empresário)

Francisco de Bragança VAN UDEN (gestor)

Gonçalo PORTOCARRERO DE ALMADA (sacerdote católico)

Hélio LOUREIRO (cozinheiro, *chef*)

Henrique MOTA (livreiro, editor)

Isabel PONCE DE LEÃO (professora catedrática)

Jaime NOGUEIRA PINTO (professor universitário, escritor)

João BRAGA (cantor, agente cultural)

João Luís MOTA DE CAMPOS (advogado, ex-secretário de Estado)

Joaquim GRAVE (médico veterinário, gestor de sociedade agrícola)

Jorge RANGEL (professor do ensino superior, presidente do IIM – Instituto Internacional de Macau)

José ALARCÃO TRONI (advogado, presidente da direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

José BAPTISTA PEREIRA (tenente-general piloto aviador, presidente da mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

José GARCIA LEANDRO (general do Exército, curador e administrador da Fundação Jorge Álvares, ex-governador de Macau)

José João BRANDÃO FERREIRA (tenente-coronel piloto-aviador, piloto)

José LAMEGO (advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ex-secretário de Estado)

José LOUREIRO DOS SANTOS (general do Exército)

José RIBEIRO E CASTRO (advogado, deputado, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, ex-secretário de Estado)

Leonardo MATHIAS (embaixador jubilado, ex-secretário de Estado)

Manuel TAVARES (jornalista, director do "Jornal de Notícias")

Margarida GONÇALVES NETO (médica psiquiatra)

Maria Miguel SANTOS SILVA (licenciada em Direito, directora da Escola "Ave-Maria")

Matilde SOUSA FRANCO (museóloga, historiadora)

Nicolau SANTOS (jornalista, director-adjunto do "Expresso")

Nuno VIEIRA MATIAS (almirante)

Octávio RIBEIRO (jornalista, director do "Correio da Manhã")

Pedro QUARTIN GRAÇA (advogado, docente universitário)

Raquel HENRIQUES (professora de História, historiadora)

Renato EPIFÂNIO (professor universitário, presidente do MIL - Movimento Internacional Lusófono)

Ricardo SÁ FERNANDES (advogado, ex-secretário de Estado)

Rui PENA (advogado, ex-ministro)



Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R. *A 10ª Comissão*

nr 15.3.2012

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

GABINETE DO PRESIDENTE

FUNDADA EM 1861
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA
(GRANDE OFICIAL DA ORDEM MILITAR DE CRISTO)
(MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM MILITAR DE SANTIAGO DA ESPADA)
(MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DO INFANTE D. HENRIQUE)
(MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, DO MUNICÍPIO DE LISBOA)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões

CSST

Nº Único *225060*

Entrada/Saída nº *182* Data *16/3/12*

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <i>625060</i>
Classificação <i>151021</i>
Data <i>14.03.2012</i>

Exma Senhora
Presidente da Assembleia da República
Dr.ª Assunção Esteves
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

C-062/12 JAT/SF

12/03/12

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelência:

No âmbito da audição pública da Proposta de Lei, contendo o Projecto do Código de Trabalho, submete a SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal – à consideração de V. Ex.ª Senhora Presidente, os anexos “Comunicado” e “Carta de Missão”, os quais contêm a posição desta Sociedade Histórica quanto à manutenção do Feriado Nacional de 1 de Dezembro de 1640, Dia da Restauração da Independência de Portugal.

Com os melhores cumprimentos, *de muito admiração e respeito.*

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

J. Alarcão Troni
(JOSÉ ALARCÃO TRONI)



SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
GABINETE DO PRESIDENTE

FUNDADA EM 1861
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA
(GRANDE OFICIAL DA ORDEM MILITAR DE CRISTO)
(MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DO INFANTE D. HENRIQUE)
(MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, DO MUNICÍPIO DE LISBOA)

COMUNICADO

O Dia 1.º de Dezembro – Dia da Restauração – é uma data que, a par do Dia 10 de Junho, une toda a Nação Portuguesa, em torno da sua Bandeira, do seu Hino, da sua História e dos seus Santos e Heróis.

O Dia 1.º de Dezembro constitui a origem e a matriz dos Feriados Oficiais Portugueses. Se não tivesse existido o Dia 1.º de Dezembro de 1640 não haveria 10 de Junho, 5 de Outubro ou 25 de Abril, pois a agenda dos Feriados Oficiais Portugueses coincidiria com a de Madrid.

Quanto muito, o Dia 10 de Junho seria o dia da Região Autónoma Portugal, que talvez mantivesse o título honorífico de Reino.

No corrente ano de 2012 e na segunda década do novo século, se os órgãos de soberania pretendem, coerentemente, manter a união de toda a Nação Portuguesa em torno dos pesadíssimos sacrifícios exigidos ao nosso velho Estado-Nação pela “troika” dos credores internacionais, então que não atentem contra a dignidade, a identidade, a individualidade e a auto-estima de Portugal e respeitem a sua História, os seus valores, quase milenares, bem como a afirmação da Língua e da Cultura Portuguesas, que ao Dia 1.º de Dezembro de 1640 devem a sua existência.

A SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal, criada há 150 anos por 40 patriotas, dos quais avulta a figura de Alexandre Herculano, tem por missão estatutária a defesa da independência, individualidade e identidade de Portugal, pelo que convoca e convocará as instituições da sociedade civil e os Portugueses, residentes em Portugal e na Diáspora, para que não permitam a abolição do mais importante e emblemático feriado nacional.

A I.ª República, logo nos seus primeiros dias de existência, criou o feriado do 1.º de Dezembro, coerentemente, mantido pelo Estado Novo e pela III República, ao longo de 37 anos. Respeitemos a correctíssima decisão das três Repúblicas.

Aliás, um Estado que não comemora, como o seu principal feriado, o Dia da Independência é um Estado sem dignidade nem valores.

Alguma vez os Estados Unidos pensariam em deixar de evocar o Independence Day.?

Recorde-se que a Guerra da Restauração não foi só contra a Espanha – na Terra e no Mar – mas também contra a França no Brasil e os Países Baixos no Brasil, em Angola e na Índia. A Restauração mobilizou a Nação Portuguesa, na Europa e no Ultramar, e combateu e venceu as potências que a ela se opuseram.

Por outro lado, na União Europeia a 27 são 18 os países cujo Dia Nacional – o feriado civil mais importante – assinala a respectiva fundação ou independência.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal apela, pois, ao patriotismo e sentido de Estado de todos os Deputados à Assembleia da República para que preservem o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, que, em bom rigor, deveria ser o Dia de Portugal.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal criará, de imediato, a Comissão Comemorativa do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro de 2012 – Dia da Restauração.

No caso do bom senso não vir a prevalecer na Assembleia da República – no que, obviamente, se não acredita – então a Sociedade Histórica da Independência de Portugal apelará ao Presidente da República para que oponha o seu veto político à disposição do Código do Trabalho que elimine o Feriado do 1.º de Dezembro de 1640 – Dia da Restauração – ao qual Portugal, a Língua e a Cultura Portuguesas devem a sua independência, identidade e afirmação.

Palácio da Independência, Lisboa, 9 de Março de 2012



SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
GABINETE DO PRESIDENTE

FUNDADA EM 1861
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA
(GRANDE OFICIAL DA ORDEM MILITAR DE CRISTO)
(MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DO INFANTE D. HENRIQUE)
(MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, DO MUNICÍPIO DE LISBOA)

CARTA DE MISSÃO

10 Medidas, anteriores e futuras, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, relativas à manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro.

1. Em 1 de Dezembro de 2011, o Presidente da SHIP, José Alarcão Troni, defendeu, em discurso, nas Cerimónias Públicas dos Restauradores e do Palácio da Independência – nesta perante a representante do Presidente da República – a manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro – Dia da Restauração – por ser a origem e matriz de todos os feriados civis. Não haveria 5 de Outubro, 25 de Abril, 1.º de Maio ou 10 de Junho se não tivesse existido a Restauração da Independência, em 1640, que devolveu a Portugal a sua soberania plena e à Língua e Cultura Portuguesas as respectivas autonomia e afirmação.

2. No próprio dia 1 de Dezembro de 2011, a Sociedade Histórica desencadeou um abaixo-assinado, que recolheu cerca de 2.000 assinaturas, o qual foi despachado pela Presidente da Assembleia da República para apreciação da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, no âmbito da discussão e votação dos feriados civis e religiosos, matéria constante da Proposta de Lei do Código do Trabalho.

3. A posição da Sociedade Histórica, na defesa do Feriado do 1.º de Dezembro, foi, imediatamente, comunicada ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro Ministro, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aos Presidente e Secretários-gerais dos Partidos com representação parlamentar e aos líderes dos grupos parlamentares.

4. No âmbito da audição pública da Proposta de Lei do Código do Trabalho, reuniu, a 5 de Março de 2012, a requerimento de quarenta associados, em sessão extraordinária, a assembleia geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a qual aprovou a adesão da SHIP ao Manifesto, elaborado pelo Deputado José Ribeiro e Castro, que está a ser subscrito por seiscentos membros da sociedade civil, com óbvio destaque para os corpos sociais e associados desta patriótica instituição, cujo objecto estatutário é a defesa da Independência, individualidade e identidade de Portugal, bem como a afirmação da Língua e Cultura Portuguesas.

5. Ainda, no âmbito da audição pública da Proposta de Lei do Código do Trabalho, a Sociedade Histórica reiterou, em Comunicado de 9 de Março de 2012, a sua posição, de sempre, no sentido da manutenção do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, documento que será enviado ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente e Secretários-gerais dos Partidos Políticos do arco Parlamentar, líderes dos grupos parlamentares, Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, associados da SHIP, Conselho das Comunidades Portuguesas, principais parceiros sociais, órgãos de comunicação

social e a todos os Portugueses, residentes em Portugal e na Diáspora, estes através do “site” da Sociedade Histórica.

6. Criação, de imediato, pela Sociedade Histórica, da Comissão Organizadora das Comemorações do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro de 2012.

7. Acompanhamento dos trabalhos parlamentares de discussão e votação da Proposta de Lei do Código de Trabalho, sensibilizando os Deputados de todos os Partidos Políticos, com representação parlamentar, para a importância e sentido patriótico do 1.º de Dezembro.

8. Contactar a RTP1, propondo a realização de um programa Prós e Contras sobre o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, a RTP2 – programa Sociedade Civil, bem como a Imprensa Diária e não Diária, com especial relevo para a Imprensa Regional.

9. Fazer a declaração solene de que a Sociedade Histórica jamais baixará os braços, qualquer que seja a decisão final sobre o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, nem deixará de lutar pela reposição do feriado, caso seja abolido – o que Deus não permita – assim como não deixará de promover a celebração, no dia 1 de Dezembro de cada ano, da Restauração da Independência, enquanto houver um dos seus associados que seja sobrevivente. A declaração será acompanhada de abaixo-assinado dos sócios, comprometendo-se nesta opção.

10. No caso da Assembleia da República vir a eliminar o Feriado Nacional de 1 de Dezembro – o que se não crê – a Sociedade Histórica solicitará ao Presidente da República o veto político da deliberação.

Palácio da Independência, Lisboa, 9 de Março de 2012



SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

FUNDADA EM 1861
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA
(GRANDE OFICIAL DA ORDEM MILITAR DE CRISTO)
(MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DO INFANTE D. HENRIQUE)
(MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, DO MUNICÍPIO DE LISBOA)

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA
LARGO DE S. DOMINGOS, 11
1150 - 320 LISBOA
TELEF: 21 324 14 70
FAX: 21 346 07 54
Correio Electrónico
shipgeral@ship.pt
www.ship.pt

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CSST
Nº Único <u>424673</u>
Entrada/Saida nº <u>166</u> Data <u>13/3/12</u>

Exma Senhora
Presidente da Assembleia da República
Dr.^a Assunção Esteves
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

V/ REF. N/ REF. 55/JAT/AP Proc. 7.1.1 DATA 09.03.2012

ASSUNTO Manifesto do 1.º de Dezembro

Senhora Presidente da Assembleia da República,
Excelência,

Junto temos a honra de remeter a Vossa Excelência o MANIFESTO DO 1º DE DEZEMBRO, DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL, *Viva Portugal! Viva a Restauração!*, que mereceu a adesão da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, reunida em sessão extraordinária no passado dia 5 de Março.

Enviamos igualmente a relação nominal do que designámos como o “patamar simbólico” (40 primeiros subscritores, evocando quer os heroicos 40 conjurados da Restauração de 1640, quer os 40 patriotas que lançaram o Manifesto de 1861, encabeçado por Alexandre Herculano, na origem da instituição do feriado nacional do 1º de Dezembro) e como o “patamar de intervenção” (os seguintes 160 subscritores).

Como Vossa Excelência verificará, encontra aí a subscrição feita não só por relevantes figuras da sociedade portuguesa de distintos sectores políticos e de actividade social, mas sobretudo por portugueses e portuguesas de todas as idades, das mais variadas profissões e de localidades de todo o país e de comunidades portuguesas no estrangeiro, registando bem o carácter inclusivo e patriótico deste movimento e do Dia Nacional que quer defender.

O envio destes documentos, feito desde já em atenção ao processo de consulta pública das alterações ao Código de Trabalho que decorre neste momento, não prejudica o pedido de audiência já apresentado a Vossa Excelência e que gostaríamos de ver concretizado com a maior brevidade.

Com os melhores cumprimentos,

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>424673</u>
Classificação <u>15/01/ / / /</u>
Data <u>12/3/2012</u>

José Alarcão Troni
José Alarcão Troni

José Ribeiro e Castro
José Ribeiro e Castro

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R. A 10 - Comissão
M 12.3.2012

MANIFESTO DO 1º DE DEZEMBRO, DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Viva Portugal! Viva a Restauração!

Não há mais importante para uma Nação do que a sua independência. Não há mais importante para um povo do que a sua liberdade.

Por isso, o 1º de Dezembro é o mais importante de todos os feriados nacionais. O 1º de Dezembro é o feriado *sine quod non*, o feriado nacional sem o qual nenhum outro existiria. Se não fosse o dia 1 de Dezembro, estaríamos condenados a comemorar o Dia da Hispanidade como "dia nacional" e em nenhum dia seríamos livres de celebrar Portugal.

Poderíamos festejar a independência e a liberdade com referência a um dos factos relevantes da fundação da nacionalidade no século XII ou com relação a algum dos momentos críticos e dramáticos da crise do interregno no século XIV. Mas desde há século e meio que escolhemos colectivamente celebrá-las com referência à data em que recuperámos a independência pátria, ao fim de sessenta anos de a termos perdido: a Restauração de 1640.

Por isso, o 1º de Dezembro é o mais antigo dos nossos feriados civis e o mais alto dos feriados patrióticos. Consolidou-se como marco pacífico da nossa vivência nacional e do nosso convívio colectivo. Atravessou regimes e mudanças políticas e sociais. Estabeleceu-se como facto do mais alto significado, que não podemos interromper, nem quebrar.

Este marco foi afirmado na linha do Manifesto que, em 1861, um punhado de quarenta patriotas, com Alexandre Herculano à cabeça da lista, lançou à consciência nacional para empreender as primeiras comemorações solenes, a partir da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, antecessora da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Hoje, poderíamos escrever muitas das palavras por que esses patriotas despertaram o espírito nacional:

«O povo portuguez, seguro da sua existência nacional, e cõscio dos imprescriptíveis direitos em que ella assenta, sem ter esquecido as heróicas acções com que seus antepassados conquistaram e mantiveram a independência da pátria, havia quasi apagado, pelo seu character humano e pacifico, a recordação pública de cruentas pelejas, que foram mais um desengano, entre tantos que a história accumula, de que a força e a ambição, por si sós, não lograram no mundo triumphos duradouros.» (...)

«Precisávamos, portanto, expor claramente a opinião unânime do povo portuguez, e assegurar aos homens e aos governos que se interessam no melhor regimento da família européa, que é ânimo e deliberação nossa defender a integridade do território que possuímos, não acceitando aggregações incongruentes com o character e tradições nacionais, e que nos empenhamos, quanto cabe em nossas faculdades e nol-o permitem os obstáculos da governação que todos os povos têm encontrado nos aperfeiçoamentos sociaes, por sermos dignos de fazer parceria com as nações civilisadas, tanto pelos nossos feitos passados como pela nossa vida contemporânea.»

No ataque de agora ao 1º de Dezembro, ouve-se comentar, em sussurros cúmplices, que, em tempo de União Europeia, "não fica bem" acentuar a independência nacional e celebrar uma vitória política e militar sobre a vizinha Espanha. Dizemos, sem hesitar, que é exactamente ao contrário.

Nada nos move contra a vizinha Espanha, com que desejamos viver em paz e boa cooperação, como Estados independentes, hoje unidos no mesmo projecto europeu. Basta-nos citar as palavras de Herculano e do Manifesto dos Quarenta, em 1861:

«Portugal, avivando e celebrando com mais solemnidade o aniversário da reconquista da sua independência em 1640, nem pretende ferir o pundonor da briosa nação hespanhola, nossa amiga e aliada, nem resuscitar os ódios que outr'ora inimisaram os dois povos convisinhos.

Não quer reptá-la. Não leva a mão á espada. Unicamente aponta para o seu direito, e diz á Europa que está decidido a defendê-lo.»

Ao preservarmos e valorizarmos o dia em que celebramos, com Portugal inteiro, a Independência Nacional, aproximamo-nos – não nos afastamos – da esmagadora maioria dos Estados que compõem a União Europeia. Dos vinte e sete Estados-membros, são dezoito aqueles cujo Dia Nacional – o feriado civil mais importante – assinala a respectiva independência ou fundação. Dos nove que restam: uns são monarquias, em que o dia nacional corresponde ao aniversário oficial do Rei ou Rainha, símbolo vivo da própria individualidade nacional; outros, trata-se de países que nunca tiveram aqueles marcos, porque foi outra a História da formação dos respectivos Estados, como Áustria, Espanha, França ou Itália; e, mesmo entre estes, outros feriados há que celebram datas de libertação nacional e, às vezes, em dobro, como é o caso de França, Itália e Holanda. A única excepção na UE-27 é a Irlanda, cujo Dia Nacional é religioso, o *Saint Patrick's*, símbolo universal da identidade irlandesa. Se Portugal abolisse o feriado da independência, tornar-se-ia no único Estado-membro da União Europeia que, tendo conquistado a independência nacional e assinalando-a em feriado nacional, o apagaria da memória e do calendário oficiais. Pior seria impossível.

O 1º de Dezembro não é moeda de troca de negociações financeiras ou laborais – para tudo isso, na delicada situação do país, é possível e necessário encontrar melhores alternativas. O 1º de Dezembro é uma escolha patriótica e uma decisão nacional inapagável.

Acabar com o feriado do 1º de Dezembro seria atacar da pior forma a independência nacional de Portugal: seria feri-la no seu próprio espírito. Quando alguns falam de que Portugal caiu numa situação de “*protectorado*” e o quadro de endividamento diminui a liberdade de decisão de Portugal, não é tempo de apagar o espírito, a vontade e o brio da independência nacional – bem ao contrário, é o tempo de os celebrar, exaltar e fortalecer.

O dia em que assinalamos a nossa independência nacional, a data em que festejamos a nossa liberdade como povo liberto do jugo estrangeiro é o dia mais importante da nossa vida colectiva.

Aqui, não somos de esquerda, nem de direita – somos portugueses. Não somos da República, nem da Monarquia – somos por Portugal. O 1º de Dezembro a todos nos une e reúne. O 1º de Dezembro convoca-nos.

Lisboa, 5 de Março de 2012

- Adalberto NEIVA DE OLIVEIRA** (advogado, gestor)
- Alexandre PATRÍCIO GOUVEIA** (economista, gestor de empresas)
- Aline GALLASCH-HALL** (professora universitária, investigadora)
- António GALVÃO LUCAS** (engenheiro químico-industrial (IST), empresário)
- António MENEZES CORDEIRO** (advogado, jurisconsulto e árbitro, professor catedrático)
- António PINTO DA FRANÇA** (diplomata)
- Diogo COSTA MONTEIRO** (advogado)
- Eugénio RIBEIRO ROSA** (médico, presidente do Conselho Superior da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)
- Filipe SOARES FRANCO** (empresário)
- Francisco de Bragança VAN UDEN** (gestor)
- Gonçalo PORTOCARRERO DE ALMADA** (sacerdote católico)
- Hélio LOUREIRO** (cozinheiro, *chef*)
- Henrique MOTA** (livreiro, editor)
- Isabel PONCE DE LEÃO** (professora catedrática)
- Jaime NOGUEIRA PINTO** (professor universitário, escritor)
- Joana de Menezes PINTO MACHADO** (professora de História do ensino secundário)
- João BRAGA** (cantor, agente cultural)
- João Luís MOTA DE CAMPOS** (advogado, ex-secretário de Estado)
- Joaquim GRAVE** (médico veterinário, gestor de sociedade agrícola)
- Jorge RANGEL** (professor do ensino superior, presidente do IIM – Instituto Internacional de Macau)
- José ALARCÃO TRONI** (advogado, presidente da direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)
- José BAPTISTA PEREIRA** (tenente-general piloto aviador, presidente da mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)
- José GARCIA LEANDRO** (general do Exército, curador e administrador da Fundação Jorge Álvares, ex-governador de Macau)
- José João BRANDÃO FERREIRA** (tenente-coronel piloto-aviador, piloto)
- José LAMIEGO** (advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ex-secretário de Estado)
- José LOUREIRO DOS SANTOS** (general do Exército)
- José RIBEIRO E CASTRO** (advogado, deputado, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, ex-secretário de Estado)
- Manuel TAVARES** (jornalista, director do “Jornal de Notícias”)
- Margarida GONÇALVES NETO** (médica psiquiatra)
- Maria Miguel SANTOS SILVA** (licenciada em Direito, directora da Escola “Ave-Maria”)
- Matilde SOUSA FRANCO** (museóloga, historiadora)
- Miguel MORAES ALÇADA** (director de banco, advogado)
- Nicolau SANTOS** (jornalista, director-adjunto do “Expresso”)
- Nuno VIEIRA MATIAS** (almirante)
- Octávio RIBEIRO** (jornalista, director do “Correio da Manhã”)
- Pedro QUARTIN GRAÇA** (advogado, docente universitário)
- Raquel HENRIQUES** (professora de História, historiadora)
- Renato EPIFÂNIO** (professor universitário, presidente do MIL - Movimento Internacional Lusófono)
- Ricardo SÁ FERNANDES** (advogado, ex-secretário de Estado)
- Rui PENA** (advogado, ex-ministro)

MANIFESTO DO 1º DE DEZEMBRO, DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Viva Portugal! Viva a Restauração!

Patamar simbólico

1º grupo de subscritores (40)

- Adalberto NEIVA DE OLIVEIRA | advogado, gestor de empresa; 69 anos; Póvoa de Varzim
- Alexandre PATRÍCIO GOUVEIA | economista, gestor de empresas; 59 anos; Lisboa
- Aline GALLASCH-HALL | professora universitária, investigadora; 35 anos; Lisboa
- António GALVÃO LUCAS | engenheiro químico-industrial (IST), empresário; 67 anos; Lisboa
- António MENEZES CORDEIRO | advogado, juriconsulto e árbitro, professor da Faculdade De Direito de Lisboa; 58 anos; Lisboa
- António PINTO DA FRANÇA | diplomata; 76 anos; Tomar
- Diogo COSTA MONTEIRO | advogado; 28 anos; Lisboa
- Eugénio RIBEIRO ROSA | médico, presidente do Conselho Superior da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; 88 anos; Lisboa
- Filipe SOARES FRANCO | empresário; 58 anos; Malveira da Serra
- Francisco de Bragança VAN UDÉN | gestor; 62 anos; Alcabideche
- Gonçalo PORTOCARRERO DE ALMADA | sacerdote católico; 53 anos; Lisboa
- Hélio LOUREIRO | cozinheiro, *chef*; 48 anos; Porto
- Henrique MOTA | livreiro e editor; 53 anos; Estoril
- Isabel PONCE DE LEÃO | professora catedrática; 58 anos; Porto
- Jaime NOGUEIRA PINTO | professor universitário; 66 anos; Lisboa
- Joana de Menezes PINTO MACHADO | professora de História do ensino secundário; 51 anos; Lisboa
- João BRAGA | cantor, agente cultural; 66 anos; Lisboa
- João Luís MOTA DE CAMPOS | advogado, ex-secretário de Estado da Justiça; 53 anos; Lisboa
- Joaquim GRAVE | médico veterinário, gestor de sociedade agrícola; 59 anos; Granja
- Jorge RANGEL | professor do ensino superior, presidente do IIM – Instituto Internacional de Macau; 68 anos; Macau
- José ALARCÃO TRONI | advogado, presidente da direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; 67 anos; Lisboa
- José BAPTISTA PEREIRA | tenente-general piloto aviador (R), presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; 75 anos; Lisboa
- José GARCIA LEANDRO | general do Exército (R), curador e administrador da Fundação Jorge Álvares, ex-Governador de Macau; 71 anos; Lisboa
- José João BRANDÃO FERREIRA | tenente-coronel piloto-aviador (R), piloto; 58 anos; Lisboa

José LAMEGO | advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; 59 anos; Lisboa

José LOUREIRO DOS SANTOS | general do exército (R); 75 anos; Carnaxide

José RIBEIRO E CASTRO | advogado, deputado, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, ex-secretário de Estado; 58 anos; Lisboa

Manuel TAVARES | jornalista, director do "Jornal de Notícias"; 60 anos; Porto

Margarida GONÇALVES NETO | médica psiquiatra; 51 anos; Lisboa

Maria Miguel SANTOS SILVA | licenciada em direito, directora da Escola "Ave-Maria"; 70 anos; Lisboa

Matilde SOUSA FRANCO | museóloga e historiadora; 68 anos; Lisboa

Miguel MORAES ALÇADA | director de banco, advogado; 59 anos; Covilhã

Nicolau SANTOS | jornalista, director-adjunto do "Expresso"; 57 anos; Lisboa

Nuno VIEIRA MATIAS | oficial de marinha, Almirante (R); 72 anos; Lisboa

Octávio RIBEIRO | jornalista, director do "Correio da Manhã"; 50 anos; Sesimbra

Pedro QUARTIN GRAÇA | advogado, docente universitário; 49 anos; Lisboa

Raquel HENRIQUES | professora de História, historiadora; 49 anos; Sintra

Renato EPIFÂNIO | professor universitário, presidente do MIL - Movimento Internacional Lusófono; 38 anos; Sintra

Ricardo SÁ FERNANDES | advogado, ex-secretário de Estado das Finanças; 59 anos; Lisboa

Rui PENA | advogado, ex-ministro da Reforma Administrativa e ex-ministro da Defesa Nacional; 73 anos; Lisboa

MANIFESTO DO 1º DE DEZEMBRO, DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Viva Portugal! Viva a Restauração!

Patamar de intervenção

2º grupo de subscritores (160)

- Abel MATOS SANTOS | psicólogo clínico, deputado municipal; 38 anos; Lisboa
- Afonso LOBO MACHADO | estudante; 16 anos; Lisboa
- Alexandra HAGEDORN RANGEL | estudante com mestrado concluído; 24 anos; Macau
- Ana BRITO | bolsista de doutoramento; 26 anos; Coimbra
- Ana Cristina BEBIANO | engenheira civil; 54 anos; Lisboa
- Ana Maria de MENEZES | técnica auxiliar de biblioteca; 50 anos; Lisboa
- Ana Rita Santos da CUNHA CAMPOS | advogada; 29 anos; Lisboa
- Ana SILVÉRIO MARQUES | jurista; 54 anos; Macau
- Ana SOARES | advogada-estagiária; 26 anos; Bragança
- Andreia Sofia SILVA DOS SANTOS | advogada; 28 anos; Lisboa
- Angelina SILVA | aposentada da função pública; 58 anos; Abrunheira - Sintra
- António BALCÃO REIS | oficial da Armada, engenheiro, reformado; 73 anos; Lisboa
- António CADETE | engenheiro agrónomo; 61 anos; Lisboa
- António CORRÊA NUNES | engenheiro agrónomo; 33 anos; Lisboa
- António de MENDIA | reformado; 59 anos; Lisboa
- António José dos Santos FERRO | controlador de tráfego aéreo, funcionário europeu; 47 anos;
Bruxelas
- António Manuel Teixeira MENEZES BARBOSA | advogado; 30 anos; Carrazeda de Ansiães
- António Miguel MENDES | estudante; 16 anos; Torres Novas
- António PEDRO | fisioterapeuta, pequeno empresário; 34 anos; Porto
- Antonio PINHEIRO TORRES | advogado; 49 anos; Lisboa
- António PINTO MACHADO | técnico superior; 46 anos; Porto
- António SILVA RIBEIRO | militar; 54 anos; Amora
- António VERÍSSIMO | jornalista; 55 anos; Mira
- Arlindo TELES | gestor de empresas, consultor; 37 anos; Angra do Heroísmo
- Artur PENEDO | engenheiro (IST); 70 anos; Lisboa
- Augusto BRITES | piloto de linha aérea, comandante de bordo; 48 anos; Mafra
- Carlos Alberto RODRIGUES FERREIRA | oficial do Exército, coronel de infantaria reformado; 60
anos; Vilarinho
- Carlos da SILVA GONÇALVES | aposentado da função pública; 90 anos; Lisboa
- Carlos DIAS ROCHA | militar na reserva; 59 anos; Sabugo - Sintra

Carlos Filipe BARBAS | colaborador de notário; 27 anos; Coimbra
Carlos João ÁVILA | controlador de terminal aéreo; 56 anos; Angra do Heroísmo
Carlos Macedo PEGADO | empresário; 56 anos; Estoril
Clara Constanzo STICHANER | reformada ; 73 anos; Lisboa
Claudio MONTEIRO | professor universitário, advogado; 47 anos; Palmela
Constança LOBO MACHADO | estudante; 16 anos; Lisboa
Daniel ALVES GOUVEIA | editor de livros; 68 anos; Linda-a-Velha
David GARCIA | estudante de mestrado; 32 anos; Mem Martins
Duarte MELO | funcionário de posto de combustível; 37 anos; Angra do Heroísmo
Eliseu FERREIRA DIAS | empresário; 66 anos; Pombal
Fábio CUNHA | geógrafo; 27 anos; Rio Tinto
Fabrício STEPHANE | comercial do ramo automóvel; 30 anos; Porto
Feliciano Cossano ORTEGA CLAUDIO | empresário agrícola; 33 anos; Évora
Fernando ALVES | geógrafo; 33 anos; Coimbra
Fernando CASSIANO NEVES | médico; 77 anos; Lisboa
Fernando FERREIRA SANTOS | economista; 54 anos; Lisboa
Fernando SOARES | analista de investimentos; 28 anos; Lisboa
Filipe d'AVILLEZ | jornalista; 31 anos; Lisboa
Filipe VIEIRA DA ROCHA | engenheiro; 70 anos; Cascais
Flávio SILVA | reformado; 53 anos; Angra do Heroísmo
Francisca LOBO MACHADO | estudante; 17 anos; Lisboa
Francisco de HORTA MACHADO | gestor de empresas; 40 anos; Lisboa
Francisco PERESTRELO | estudante; 16 anos; Samora Correia
Francisco PINTO MACHADO | jurista, quadro dirigente bancário; 41 anos; Lisboa
Francisco ROMEIRAS | foto-jornalista; 57 anos; Miraflores
Gonçalo FIGUEIREDO DE BARROS | advogado; 55 anos; Lisboa
Gonçalo José Soares dos REIS TORGAL | professor (aposentado); 81 anos; Guimarães
Gonçalo RAMOS FERREIRA | director de sistemas, engenheiro informático; 28 anos; Coruche
Gustavo MESQUITA GUIMARÃES | economista e empresário; 48 anos; Lisboa
Inês Lage PINTO BASTO | criação artística e literária; 49 anos; Lisboa
Inês REBELO | estagiária no Conselho da União Europeia; 26 anos; Porto
Isabel VAZ ANTUNES | professora do ensino secundário; 49 anos; Mafra
Jaime BRANDÃO | comandante de linha aérea; 61 anos; Monte Real - Leiria
Joana CASTRO | assistente social; 25 anos; Lisboa
João Aníbal HENRIQUES | empresário do sector do turismo; 40 anos; Cascais
João Bernardo GALVÃO TELES | jurista, historiador; 39 anos; Alenquer
João COELHO DOS SANTOS | escritor, poeta, professor da ULTI - Universidade de Lisboa para a Terceira Idade; 72 anos; Lisboa
João de Castro de MENDIA | conde de Resende; 64 anos; Lisboa

João Filipe OSÓRIO DE CASTRO | advogado; 29 anos; Praia Grande

João GOMES DE ALMEIDA | publicitário, dirigente do Instituto da Democracia Portuguesa; 25 anos; Lisboa

João Maria TEIXEIRA MENDES | estudante; 18 anos; Torres Novas

João NOVAIS DE PAULA | gestor; 69 anos; Lisboa

João Paulo PINTO MACHADO | gestor; 55 anos; Porto

João SILVÉRIO MARQUES | analista de sistemas; 64 anos; Salvaterra de Magos

Joaquim COSTA E NORA | advogado; 57 anos; Coimbra

Joaquim José Lopes GALVÃO | médico, assistente universitário; 59 anos; Lisboa

Joaquim MARQUES PEREIRA | juiz; 63 anos; Coimbra

Jorge CHAMBEL DA FONSECA | médico ortopedista; 53 anos; Vila Franca de Xira

Jorge Manuel MATOS | empregado bancário; 55 anos; Lisboa

José Ângelo LOBO DO AMARAL | dirigente institucional, vice-presidente do IIM – Instituto Internacional de Macau; 67 anos; Lisboa

José Aníbal MARINHO GOMES | gestor; 51 anos; Ponte de Lima

José CAMPOS E SOUSA | compositor e intérprete ; 64 anos; Lisboa

José CRUZ PEREIRA | professor do ensino superior aposentado, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Odemira; 71 anos; Odemira

José do Nascimento de SOUSA LUCENA | tenente-general do Exército português, reformado; 81 anos; Lisboa

José Feliciano do CARMO REIS | agricultor; 42 anos; Montemor-o-Novo

José Fernando de Azevedo de SOUSA POTIER | economista; 45 anos; Queijas

José Filipe OLIVEIRA | gestor; 40 anos; Algés

José Luís ANDRADE | quadro bancário; 47 anos; Lisboa

José Luís SEIXAS | advogado; 53 anos; Bragança

José Maria BUSTORFF | empresário, gerente; 60 anos; Lisboa

José MORAIS DA SILVA | oficial da força aérea reformado; 70 anos; Torres Vedras

José PEREIRA DA COSTA | engenheiro civil; 60 anos; Lisboa

José ROCHA E ABREU | militar; 63 anos; Amora

José SEIXAS FERREIRA | sociólogo; 58 anos; Lisboa

Liberta RAIMUNDO | advogada; 51 anos; Ponta Delgada

Lourenço CORREIA DE MATOS | historiador; 34 anos; Lisboa

Lourenço SOUSA CHAVES | estudante; 18 anos; Lisboa

Lúcia SANTOS | geógrafa; 29 anos; Ílhavo

Luís FÂNZERES | empresário; 61 anos; Caldas da Saúde

Luís Filipe SANTOS | empresário, gestor; 32 anos; Coimbra

Luís Miguel PISTOLA | investigador; 32 anos; Ferreira do Zêzere

Luiz de ALBUQUERQUE VELOSO | diplomata; 47 anos; Lisboa

Luiz Manuel de Saldanha LENCASTRE | delegado comercial, presidente da Assembleia de Freguesia da Foz do Douro; 59 anos; Porto

Lurdes TELES PEREIRA | comerciante; 48 anos; Angra do Heroísmo

Mafalda GUIMARÃES | estudante; 20 anos; Lisboa

Mafalda LARANJO | Bióloga, estudante de doutoramento; 28 anos; Alcobça

Manuel Augusto LEMOS | advogado; 62 anos; Porto

Manuel de CASTRO CENTENO | oficial superior da Armada (reformado); 62 anos; Lisboa

Manuel SAMPAIO-FARIA | CEO, empresário; 67 anos; Porto

Manuel TAVARES DA SILVA | engenheiro químico industrial (IST), assessor na GALP; 71 anos;
Lisboa

Maria Ana GUIMARÃES | quadro superior bancário; 26 anos; Londres

Maria Antónia Alves PORTAL | secretária; 48 anos; Lisboa

Maria Arminda SANTOS | enfermeira aposentada; 74 anos; Setúbal

Maria Catarina Avilez NOGUEIRA PINTO | advogada; 35 anos; Madrid

Maria Celeste PEREIRA | professora; 57 anos; Maia

Maria Clara PINTO MACHADO | doméstica; 57 anos; Porto

Maria Cristina CAMBEZES Marçal Carrega | secretária; 57 anos; Lisboa

Maria do Rosário HOMEM | administrador da Comissão Europeia; 45 anos; Bruxelas

Maria Helena Simas SALEMA | mãe de família; 59 anos; Lisboa

Maria Henriques LOPES | designer de interiores; 26 anos; Londres

Maria Inês QUEIROZ DE BARROS | jurista, funcionária pública; 48 anos; Lisboa

Maria Isabel CAMPOS | bibliotecária; 55 anos; Lisboa

Maria Isabel dos SANTOS RAMOS | reformada; 73 anos; Parede

Maria João SENNA FERNANDES RANGEL | professora do ensino secundário, aposentada; 61 anos;
Macau

Maria João Teixeira Barbosa SARMENTO DE BEIRES | piloto de linha aérea, no desemprego; 31
anos; Guimarães

Maria Margarida Lobo NAZARETH | pequena empresária; 59 anos; Porto

Maria Paula de Figueiredo CALISTO | produtora e jornalista; 62 anos; Lisboa

Mário NEVES | bancário; 37 anos; Aveiro

Miguel de SÁ DA BANDEIRA | director de marketing; 54 anos; Lisboa

Neide Eliana BORGES | enfermeira; 26 anos; Bragança

Nuno José Canejo CALHAU | operador logístico; 35 anos; Leiria

Nuno PARDAL | gestor de empresa; 41 anos; Lisboa

Nuno PENA | advogado; 41 anos; Lisboa

Nuno TAVARES | funcionário público aposentado; 71 anos; Aveiro

Orlando SANTOS | economista e auditor; 53 anos; Cascais

Patrícia Caeiro SARDINHA | bióloga e investigadora; 29 anos; Mourão

Paulo BARRETO | músico e agente cultural; 54 anos; Lisboa

Paulo DUARTE DE ALMEIDA | professor de português no ensino secundário; 34 anos; Coimbra

Paulo PESSOA DE CARVALHO | empresário; 50 anos; Caldas da Rainha

Pedro Anastácio de ABREU E LIMA | estudante de mestrado; 25 anos; Porto

Pedro António VAZ CARDOSO | autarca, vereador da Câmara Municipal de Cantanhede; 41 anos;
Ançã

Pedro SOARES MARTINEZ | professor catedrático de Direito, advogado e jurisconsulto; 86 anos;
Lisboa

Pedro Tavares SIMÃO | director de empresa industrial, agricultor; 55 anos; Abrantes

Reinaldo Diogo CORREIA AZEVEDO | gestor de projectos; 31 anos; Coimbra

Ricardo Manuel Barosa SARAGGA | economista; 55 anos; Alcácer do Sal

Rita de CASTRO NETO | advogada; 40 anos; Lisboa

Rodrigo LOBO MACHADO | estudante; 18 anos; Lisboa

Rodrigo Manzoni Sequeira VILHENA DA CUNHA | advogado; 30 anos; Lisboa

Rui Manuel Menezes CARNEIRO DE BARROS | professor universitário associado, engenheiro civil;
59 anos; Porto

Rui Salgado Canha LIMEIRO | agente imobiliário; 34 anos; Coimbra

Salvador CORRÊA DE SÁ | economista; 67 anos; Monte Estoril

Samuel de PAIVA PIRES | investigador; 25 anos; Lisboa

Sandrina Raquel GONÇALVES VAZ | comercial; 26 anos; Bragança

Segismundo Peres RAMIRES PINTO | arquitecto, presidente da Academia Portuguesa de Ex-Libris e
da Academia Lusitana de Heráldica; 66 anos; Lisboa

Suzana d' EÇA PINHEIRO | relações públicas; 52 anos; Cascais

Telma CORREIA BAPTISTA | advogada estagiária; 27 anos; Coimbra

Teresa CHAVES | cozinheira, estudante; 23 anos; Lisboa

Tiago NETO | estudante de direito; 21 anos; Lisboa

Vasco ROCHA | engenheiro civil; 41 anos; Praia da Vitória

Vasco SILVÉRIO MARQUES | funcionário público, técnico superior; 63 anos; Macau

Vitório ROSÁRIO CARDOSO | assessor de imprensa; 33 anos; Lisboa